



13^a REUNIÃO REGIONAL SUDESTE ANPEd

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E
GRATUITA: POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

2357 - Trabalho Completo - 13a Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste (2018)
GT 05 - Estado e Política Educacional

Política educacional de uso de dados na rede estadual do Rio de Janeiro
Marlies da Costa Bengio - UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

RESUMO

O objetivo deste artigo é descrever e analisar as percepções e visões dos Agentes de Acompanhamento da Gestão Escolar sobre a Gestão Integrada da Escola, bem como acerca das mudanças ocorridas na política educacional. Esses agentes possuíam as funções de acompanhar, orientar e auxiliar quanto ao uso dos dados educacionais voltados para o planejamento escolar. A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas em profundidade, observação participante e levantamento de legislações. O estudo sinalizou que o uso pedagógico de dados educacionais acabou em segundo plano. Além disso, a pesquisa também apontou que a política educacional passou por duas fases.

PALAVRAS-CHAVE: GIDE- SAERJ- AAGE- Política Educacional

INTRODUÇÃO

No Brasil, os sistemas de avaliação vêm produzindo dados referentes ao fluxo escolar e ao desempenho que são utilizados pelas secretarias de educação e pelas escolas. A partir de uma política educacional federal, estados e municípios propuseram sistemas de avaliações que apresentaram diferentes desenhos de políticas de avaliações da educação (BONAMINO; SOUSA, 2012). Assim, os resultados das avaliações eram usados também para definir estratégias de formação continuada, planejamento, pesquisas e monitoramento e avaliação de programas (BROOKE; CUNHA; FALEIROS, 2011).

No estado do Rio de Janeiro, houve a implementação de uma política educacional que se chamava de Gestão Integrada da Escola (GIDE) e que possuía o objetivo de induzir o uso de dados educacionais voltados para o planejamento escolar. Essa política educacional foi pensada em articulação com o Sistema de Avaliação de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SAERJ). Nesse cenário, o uso dos dados educacionais era mediado pelos Agentes de Acompanhamento da Gestão Escolar (AAGE) junto às direções. O objetivo deste artigo é descrever e analisar as percepções e visões dos AAGE acerca da efetivação da GIDE no cotidiano escolar, bem como as mudanças ocorridas na política educacional a partir do diálogo com a Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC).

As políticas educacionais da SEEDUC

O SAERJ e a GIDE foram duas políticas educacionais integradas implantadas na rede estadual do Rio de Janeiro. Ambas as políticas envolviam o acompanhamento do fluxo escolar, o mapeamento do desempenho dos alunos e o incentivo ao uso de dados para planejamento e orientação da ação de diretores e coordenadores pedagógicos.

O Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro foi instituído pela Resolução nº 4.437/2010 e, inicialmente, o SAERJ dialogava com o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) ao avaliar os componentes curriculares de Língua Portuguesa e de Matemática. Porém, houve a inserção de políticas de responsabilização associadas à avaliação, por meio de premiações aos estudantes.

As políticas de *accountability* das escolas ocorrem por meio de termos de compromisso de desempenho firmados entre as secretarias de educação e os gestores escolares (KOSLINSKI et al., 2015). O desenho técnico adotado pelo sistema de avaliação pode apresentar possibilidades em relação à variação de metas entre as escolas de uma mesma rede educacional.

Em 2014, houve a incorporação de novos elementos no SAERJ, que foram: o SAERJINHO[i], o IDERJ [ii] e o IDERJINHO [iii] com a Resolução nº 5131. Nesse cenário, houve a inserção da política de responsabilização aos professores, além da política de uso e de apropriação de dados. Assim, os dados produzidos pela prova SAERJ eram utilizados para o monitoramento da política educacional, enquanto os dados oriundos do SAERJINHO eram usados para a orientação das escolas em relação à aprendizagem dos estudantes.

Os dados da avaliação anual SAERJ e da avaliação bimestral SAERJINHO também eram analisados pela GIDE, que era composta pelo “simulador de metas do Índice de Formação de Cidadania e Responsabilidade Social [iv]”, “Metas da Ação Integrada de Acompanhamento [v]” e o “Padrão Mínimo [vi]”. Esses *softwares* e documentos se relacionavam aos dados educacionais das avaliações externa e interna, infraestrutura e recursos humanos.

A efetivação da GIDE no âmbito escolar ocorreu por meio de um mediador entre a secretaria de educação e os diretores. Assim, houve a criação da função de AAGE pela aprovação da Lei nº 6479/2013 [vii], que previa funções voltadas para o treinamento, orientação, supervisão e auxílio no planejamento escolar durante as visitas às unidades escolares.

METODOLOGIA

A proposta da pesquisa teve como objetivo compreender as relações estabelecidas entre os agentes, professores e diretores no cotidiano escolar, bem como a recepção da política educacional. Para tanto, utilizamos a observação participante (FOOTE – WHYTE, 2005; VALLADARES, 2005; VELHO, 2005) nas reuniões feitas pelos AAGE com o técnico da SEEDUC e nas visitas às escolas com os AAGE. Mapeamos as legislações e os processos relacionados ao SAERJ e realizamos entrevistas em profundidade com dezesseis AAGE da Regional V [viii], localizada no município de Duque de Caxias.

Os AAGE e a GIDE

No âmbito escolar, os AAGE trabalhavam com os *softwares* e documentos da GIDE, além de acessarem o “Sistema Conexão” para acompanhar as informações fornecidas pelos professores no lançamento de notas bimestrais, de frequência dos alunos e no preenchimento do Currículo Mínimo. De acordo com os AAGE,

A gestão integrada na escola ela dá um suporte para o diretor se apropriar dos resultados [...] Ou seja, a gestão integrada da escola é uma gestão estratégica para chegar a um resultado significativo. (Jacif [ix], AAGE entrevistado).

Você consegue enxergar a escola a partir dela [GIDE], através dos números que ela [GIDE] dá. Através dos resultados das ações você consegue identificar onde está o problema. (Sirlei, AAGE entrevistado).

Os AAGE indicavam que a GIDE trazia a possibilidade da equipe gestora perceber como a escola encontrava-se a partir dos dados disponibilizados pelo sistema da rede estadual, tanto para planejamento quanto para a resolução de problemas. Além de citarem a questão da apropriação dos dados pelos diretores para a obtenção de um resultado significativo.

Autores como Mandinach e Gummer (2013) e Wayman (2005) sinalizaram que as equipes das escolas poderiam tomar decisões baseadas em dados, contanto que as mesmas transformassem as informações adquiridas por meio dos dados educacionais em conhecimento sobre a escola. Haveria, assim, a necessidade de um profissional para ajudar as equipes a entenderem os dados produzidos pela escola (WAYMAN, 2005).

Nesse cenário, os AAGE seriam os articuladores dos dados dentro das unidades escolares. Assim, os agentes ajudariam os diretores e coordenadores pedagógicos a planejarem ações baseadas nos dados fornecidos pela GIDE e pelas avaliações externas. No entanto, os AAGE apontaram problemas relacionados ao funcionamento da GIDE nas escolas. Segundo os AAGE,

A diretora-geral é quem me atende. Ela atende todas as demandas da escola. O aluno vem passando mal, o aluno veio com problema. Entendeu? E ela me atende assim mesmo, aí eu sinto que ela não faz uma coisa bem nem outra. Por isso, eu acho que a escola está vindo dois bimestres seguidos sem bater meta. Mas, ela coloca a culpa nos professores. Ela não vê que tem que se dedicar mais. Ela tem que parar, ela tem que delegar. (Josimar, AAGE entrevistado).

Uma escola que tem uma carência de coordenador pedagógico não dá pra dar conta disso, o professor que tem que dar conta do administrativo e do pedagógico. Então, eu acho que suprir essa escola com inspetor de aluno, toda equipe pedagógica e administrativa seria ideal para o resultado, para o nosso trabalho ser melhor ainda. (Iraci, AAGE entrevistado).

As falas dos AAGE sinalizavam que havia dificuldades dos diretores em lidar com as questões administrativas e

pedagógicas devido à falta de funcionários, que atrapalhava as tarefas do cotidiano da escola. O AAGE Josimar relatou que a direção de uma escola apresentava dificuldade em delegar funções para a sua equipe e acabava culpando os professores pelos resultados baixos dos estudantes.

Outro problema era a questão da compreensão dos objetivos do SAERJ e da GIDE pelos professores. Nas observações participantes realizadas em reuniões sobre os resultados com os AAGE, diretores e professores, o debate se voltava para encontrar os culpados pelo baixo rendimento. Assim, os professores entendiam as reuniões como meras cobranças e buscavam culpados para justificar o baixo desempenho das escolas.

Dessa maneira, apesar de o SAERJ e da GIDE apresentarem em suas propostas os usos de dados voltados para o planejamento escolar, a efetivação das políticas educacionais não se concretizou da forma esperada no cotidiano escolar. Os AAGE criavam possibilidades para que os diretores usassem os dados educacionais de forma pedagógica, mas os agentes não criavam as mesmas possibilidades para os professores.

Os AAGE e o diálogo com a SEEDUC

Os AAGE possuíam contato direto com a secretaria de educação por meio do técnico[xi] e do Comitê GIDE[xii]. Nessa configuração, o Comitê GIDE estava subordinado a Subsecretaria de Gestão de Ensino e tinha a função de organizar os dados coletados pelos AAGE, além de propor ações para serem implementadas nas escolas. Neste sentido, o Comitê GIDE parecia dialogar com os outros setores da SEEDUC. Na visão de alguns AAGE, o Comitê tinha a função de apoio técnico.

O entendimento que eu tenho é que ele é o órgão técnico, que dialoga e faz a ponte entre a secretaria de educação e os AAGE, os vários setores da secretaria da educação e os AAGEE, né! (Sirlei, AAGE entrevistado).

O comitê é nosso apoio técnico. Técnico, às vezes, até de desabafo. É o divã! Que às vezes, a gente 'tá' numa sessão [visita à unidade escolar] tão estressante, que a gente liga para o técnico, desabafa [...] Não pode ser com o diretor da escola. (Dominique, AAGE entrevistado).

Os AAGE sinalizaram que a função do Comitê era fazer a articulação entre os agentes e os diversos setores da SEEDUC, mas também que funcionava como apoio técnico para quando existissem situações nas escolas que eles não conseguissem resolver. Além do Comitê GIDE, a função do técnico dos agentes da Regional V também foi mencionada pelos AAGE.

Qualquer problema, qualquer dúvida, eu passo um 'zap'[whatsapp] para ele. Passo e-mail: "Está acontecendo tal coisa na escola" e ele diz: "Passa um e-mail para mim informando". Eu tenho que informar, entendeu? Tudo que eu vejo nas escolas que eu tenho que relatar em ata. Eu tenho a minha ata de visita. Dependendo do que esteja acontecendo, eu tenho que mandar um e-mail para o meu técnico, ou mandar um 'zap' [whatsapp]. Eu tenho que informar à SEEDUC. (Francis, AAGE entrevistado).

Primeiro para o nosso técnico que manda para o Comitê. Agora, se o problema é um problema mais abrangente, a gente passa para a Regional, para o DRP [Diretor Regional Pedagógico] e para o Comitê. (Dominique, AAGE entrevistado).

O técnico fazia reuniões com os AAGE para repassar as informações da SEEDUC e resolver problemas pontuais a respeito das escolas. Os AAGE só passaram a se reportar aos responsáveis pela Regional V na segunda fase da política educacional, mesmo assim os agentes só os avisavam dos problemas quando não conseguiam resolvê-los. As mudanças relacionadas ao acompanhamento do trabalho dos AAGE em relação à Regional, bem como o preenchimento dos *softwares* e documentos também foram mencionadas. De acordo com os AAGE:

Atender também a Regional, a Metropolitana V nas solicitações. [...] Temos essas ações também de acompanhamento: diário de classe, de COC. Entendeu? Isso aí, a gente faz também. Aí, tem essa organização da Metropolitana. Por exemplo, época de SAERJINHO que você vai dar um apoio. A gente coloca as escolas que nós vamos apoiar. Nossas escolas. O dia que a gente vai estar em tal lugar. Dar cobertura, dar apoio nos COC [Conselhos de Classes] também, nós acompanhamos os COC. (Francis, AAGE entrevistado).

Ela [Coordenadora de Gestão da rede] sempre copia pra gente os e-mails que ela manda para os diretores. Porque a gente dá aquela bola na matrícula, na renovação, na limpeza de base[xiii], que no setor dela, que é o pedagógico. Mas, que é preciso uma base limpa. Porque a base limpa impacta diretamente no IF. Então, a gente acaba ao DRA [Diretor Regional Administrativo], mas não estamos subordinados a ele. (Dominique, AAGE entrevistado).

Os agentes tiveram que fazer trabalhos que antes não faziam, tais como: o acompanhamento de Conselhos de Classe, a

"limpeza de base" e acompanhamento da aplicação do SAERJINHO nas escolas. Diante das mudanças ocorridas em relação aos trabalhos desenvolvidos com a Regional, os AAGE não demonstravam certeza sobre o local que ocupavam na hierarquia da Regional V. As possibilidades indicadas pelos agentes foram: a parceria com as Regionais, a subordinação à DRP e o vínculo somente com a SEEDUC.

Eu estou pensando... Eu sei que você está querendo chamar atenção para o organograma. No organograma, não tem, assim, porque a nossa chefia imediata não é na Regional. É na SEEDUC. Então, né! Na Regional, nós somos parceiros da DRP. (Jaci, AAGE entrevistado).

Ih, não sei. É porque assim, na verdade, porque nós somos subordinados... Na verdade, nós não somos subordinados à Metropolitana [Regional], mas somos subordinados à SEEDUC. Têm o comitê GIDE. Onde a gente estava ligada ao comitê GIDE, né! Então, na Metropolitana, a gente tem um trabalho de parceria. Mas, não tem a questão, não existe uma hierarquia dentro da Metropolitana. (Iraci, AAGE entrevistado).

As falas de Jaci e Iraci sinalizaram a dificuldade que os AAGE possuíam em se localizarem na hierarquia estabelecida dentro da Regional. Esse fato ocorreu porque houve uma mudança na política educacional. Assim, na primeira fase, os AAGE tinham acesso direto ao secretário de educação e estavam em contato direto com a SEEDUC. Já na segunda fase da política educacional, os AAGE e os responsáveis pelas Regionais passaram a ter a mesma chefia. Na nova configuração, os AAGE possuíam o mesmo lugar na hierarquia da SEEDUC. Porém, a rotina dos AAGE nas escolas era repassada para as Regionais, por meio da agenda semanal que era enviada para a SEEDUC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou e descreveu as visões e percepções dos AAGE quanto à GIDE e às mudanças ocorridas na política educacional da rede estadual do Rio de Janeiro. No cotidiano escolar, os AAGE eram os mediadores da política educacional entre as Regionais e a SEEDUC com as direções. Assim, eram os agentes que faziam a articulação dos usos de dados educacionais voltado para o planejamento. No entanto, essa possibilidade de uso dos dados pedagógicos era proporcionada aos diretores e não aos professores, provocando entendimentos equivocados sobre o SAERJ e a GIDE.

A pesquisa também apontou que os AAGE acabavam tendo que lidar com outras questões que não estavam previstas nas funções estabelecidas pela Lei nº 6479/2013. Dessa maneira, as mudanças ocorridas na política educacional fizeram os AAGE assumirem outras funções que a legislação não previa, secundarizando o uso pedagógico dos dados nas escolas. Além disso, parecia que os AAGE ainda necessitavam de maior integração com a Regional.

NOTAS

[i] Ocorria nos três primeiros bimestres e era calculada pelo IDERJINHO. Além disso, tinha como base o Currículo Mínimo e abrangia também os componentes curriculares das ciências humanas e da natureza.

[ii] Era calculado pelo Indicador de Fluxo (IF) e pelo Indicador de Desenvolvimento (ID), sendo similar a do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

[iii] Era um indicador bimestral calculado a partir do IF e do ID, em que o IF é representado pela taxa de aprovação parcial e o ID pelo SAERJINHO.

[iv] Era uma ferramenta que calculava as metas bimestrais e as do ano corrente com base no ano anterior.

[v] Era uma ferramenta que possuía as metas que a escola deveria alcançar ao longo do ano.

[vi] Era um arquivo que possuía relação com os aspectos estruturais, administrativos e pedagógicos da escola.

[vii] Disponível em: <<http://www.alerj.rj.gov.br>>, acesso em 20 de abril de 2018.

[viii] As escolas da SEEDUC estão divididas em quatorze regionais pedagógicas e administrativas, localizadas nas regiões: metropolitana e do interior.

[ix] Foram usados nomes fictícios para os AAGE.

[x] Era o responsável pelo acompanhamento do trabalho dos AAGE.

[xi] Era composto por dois grupos de técnicos, que acompanhavam o trabalho dos AAGE nas Regionais e que trabalhavam somente na SEEDUC.

[xii] Essa era uma atividade relacionada à retirada dos alunos que não estavam frequentando as aulas.

REFERÊNCIAS

BONAMINO, A.; SOUSA, S. Z. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012.

BROOKE, N.; CUNHA, M. A.; FALEIROS, M. A. A avaliação externa como instrumento da gestão educacional nos Estados. *Estudos & Pesquisas Educacionais*, São Paulo. V. 01, pp. 17-79, 2011.

FOOTE-WHYTE, William. *Sociedade de Esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.

KOSLINSKI, M. C.; LOPES, K. C.; ANDRADE, F. M.; PORTELA, C. Políticas de responsabilização educacional: modelos possíveis e uma análise preliminar da política do Rio de Janeiro. In: CAVALIERE, A. M.; SOARES, A. J. G. (Org.). *Educação pública no Rio de Janeiro: novas questões à vista*. Rio de Janeiro: Mauad, 2015. p. 177-212.

MANDINACH, E. B; GUMMER, E. S. A systemic view of implementing data literacy in educator preparation *Educational Researcher*, Vol. 42 No. 1, pp. 30–37, 2013.

RIO DE JANEIRO (RJ). *Resolução SEEDUC nº 4.437 de 29 de março de 2010*. Institui o Sistema de Avaliação da Educação do estado do Rio de Janeiro. Processo E-03/3674, Rio de Janeiro, 2010.

RIO DE JANEIRO (RJ). *Resolução SEEDUC nº 5131 de 25 de julho de 2014*. Dispõe sobre a instituição do Sistema de Avaliação da Educação Básica do estado do Rio de Janeiro – SAERJ e dá outras providências. D. O. Rio, Rio de Janeiro, pp.16-17, 2014.

VALLADARES, L. P. Os dez mandamentos da observação participante. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [online]. 2005, vol.22, n. 63, PP. 53-55.

VELHO, Gilberto. O observador participante. *Apresentação à edição brasileira de Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.

WAYMAN, J. C. Involving Teachers in Data – Driven Decision Making using computer data systems to support teacher inquiry and reflection. *Journal of education for students placed at risk* 10(3), 295–308, 2005.